



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 4

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA VINTE DE FEVEREIRO

DE DOIS MIL E DEZANOVE.-----

----- Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Vice-Presidente, Marco Filipe Barreiros Pires**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Paula Cristina Calado Chuço**, **Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes** e **Bruno Alexandre Croca Brites**-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade justificar a falta do **Senhor Presidente da Câmara**, por motivos da vida particular. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- Eram dez horas, o **Senhor Vice - Presidente, Marco Filipe Barreiros Pires**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: EMISSÃO DE CERTIDÃO - COMPROPRIEDADE:** Pre-sente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apre-sentado pedido por **Maria do Rozário Lains**, na qualidade de proprietária do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 1645 da Freguesia de Cabeção, com a área total de 23000 m2, requerendo a emissão de parecer favorável para aumento de compartes relativamente ao mesmo. O

pedido é enquadrado pelo art.º 54.º da Lei 91/95 de 2 de setembro com as alterações introduzidas pelas Leis 64/2003 de 23 de agosto e 10/2008 de 20/02.-----

O presente pedido tem antecedentes no anterior processo 22/2015, que se configurava, também, como um pedido de emissão de parecer favorável ao aumento do n.º de compartes relativamente ao prédio inscrito na matriz sob o artigo 241, Secção A da freguesia de Cabeção. Como elemento instrutório desse processo constava um pedido dirigido ao Chefe de Serviço de Finanças de Mora, solicitando a redução da área do artigo rústico por nele se mostrar implantado o artigo urbano 1671. Na análise dos elementos desse processo e dos processos de obras 43/88 e 3/96, relativos ao imóvel em causa, suscitaram-se dúvidas quanto à localização do edifício dentro dos limites do identificado artigo rústico, uma vez que se afigurava que o mesmo estaria implantado em três prédios distintos, ainda que pertencentes à requerente. Foram solicitados os esclarecimentos devidos, mas o processo acabou por ser encerrado por falta de resposta. ----

A requerente vem agora apresentar novo pedido de parecer favorável de aumento de compartes, indicando que procedeu à anexação dos prédios inscritos na matriz sob os artigos 240, 241 e 244 da Secção A da freguesia de Cabeção. Desta forma, afigura-se sanada a questão relativa à implantação do edifício, em termos de artigos matriciais, mas verifica-se que ainda não terá sido atribuído novo artigo ao prédio criado, encontrando-se ainda omissos. -----

Nesse sentido, foi solicitada a emissão de parecer jurídico que indicasse se tal questão não obstava ao deferimento do pedido, tendo sido indicado que o mesmo se encontrava em condições de ser decidido favoravelmente. -----

Efetivamente, tendo presente o teor do parecer jurídico ref.^a C.M.Mora 59 de 23/09/2005, verifica-se que do requerimento apresentado, bem como da nature-

za do negócio que se visa concretizar - doação do prédio aos filhos da requerente - não resulta, sem mais, que ocorram os pressupostos de parecer desfavorável, referidos no nº 2 do artigo 54.º supracitado. -----

Assim, porque do requerimento apresentado não se indicia a verificação de qualquer dos fundamentos previstos para a emissão de parecer desfavorável, propõe-se que a Câmara Municipal decida não manifestar oposição ao negócio de compropriedade apresentado, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e devendo a requerente tramitar subsequentemente no sentido da atualização matricial do novo artigo. -----

Com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e do **Consultor Jurídico** a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade não ver qualquer inconveniente na constituição da referida **compropriedade**, desde que do registo não resulte qualquer parcelamento físico da propriedade em violação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e devendo a requerente tramitar subsequentemente no sentido da atualização matricial do novo artigo.-----

----- **Ponto um - dois: CANDIDATURA AO PROGRAMA DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado por **António José Bailão de Matos**, na qualidade de proprietário do prédio localizado na Rua da Quinta, em Cabeção, requerimento a solicitar admissão ao Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas, cujo Regulamento foi publicado em Diário da República através do Aviso 16338/2018 de 12/11/2018. -----

O requerente não anexou todos os elementos constantes do artigo 7.º desse regulamento, mas indica que ao edifício corresponde o processo de obras n.º

5/2017, que acaba por possuir as informações necessárias para apreciação do pedido. -----

Relativamente aos requisitos do Regulamento cumpre informar: -----

1 - O edifício localiza-se dentro do limite da ARU de Cabeção; -----

2 - Os dados do processo não permitem confirmar que o edifício possui mais de 30 anos, mas presume-se que se cumpra este requisito, atento o n.º dos artigos matriciais de proveniência; -----

3 - Pelas fotos do processo justifica-se intervenção de reabilitação;-----

4 - Afiguram-se não cumpridos os objetivos da intervenção referidos no artigo 5.º do Regulamento (preservação das fachadas principais, manutenção dos elementos arquitetónicos e estruturais de valor patrimonial, manutenção do número de pisos e da configuração da cobertura, não redução da resistência estrutural do edifício, preservação das coberturas), atendendo a que se prevê a demolição integral do edifício. No entanto, justifica-se na memória descritiva que o mesmo não apresenta condições de recuperação. -----

5 - O imóvel não se destinará a habitação própria permanente, tal como estabelecido no número 2 do artigo 2.º e na alínea e) do artigo 6.º do Regulamento, uma vez que a sua utilização será a de arrumos /garagem. Mas também não se trata de edifício destinado a comércio/serviços, indicando a memória descritiva que o mesmo servirá para apoio de uma vinha (arrumos de materiais e utensílios) e em simultâneo a apoio do edifício de habitação que o requerente possui nas imediações. -----

Assim, face ao exposto, especialmente no que respeita aos pontos 4 e 5 da presente informação, submete-se para decisão o pedido apresentado, atendendo ao previsto no art.º 14.º - Dúvidas e Omissões. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade admitir a candidatura ao Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas, cujo Regulamento foi publicado em Diário da República através do Aviso 16338/2018 de 12/11/2018, solicitada por António José Bailão de Matos na qualidade de proprietário do prédio acima referido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

- Presente ainda informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que a empresa **Gabriel Mendes, Lda**, na qualidade de proprietário do prédio localizado na Travessa Torta, n.º 7 em Mora, veio submeter pedido para admissão ao Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas, cujo Regulamento foi publicado em Diário da República através do Aviso 16338/2018 de 12/11/2018. -----

Constatou-se que o pedido não estaria instruído em conformidade com o previsto no artigo 7.º desse regulamento, pelo que foram solicitados os elementos em falta. Foi assim submetida memória descritiva sobre a pretensão, indicando a requerente que os trabalhos seriam agendados e calendarizados após a decisão da Autarquia sobre o pedido. Dessa forma, não foi entregue a calendarização e a fotografia do local, que se considera, no entanto, dispensável, uma vez que o edifício foi objeto de vistorias realizadas nos dias 4/12/2015 e 21/5/2018, anexando-se fotografias da última vistoria. -----

Tendo sido também solicitado que a requerente indicasse se cumpria os requisitos constantes do regulamento em causa, veio informar que, sendo uma pessoa coletiva, o imóvel não se destinará à sua habitação própria permanente, mas antes ao alojamento de pessoas que prestem serviços à empresa, quer sejam funcionários ou subcontratados que se encontrem deslocados. -----

Constata-se que é dado cumprimento aos seguintes requisitos do Regulamento:-----

- Localização dentro do limite da ARU/ORU de Mora; -----
- Edifício com mais de 30 anos, destinado a habitação, de acordo com os dados da caderneta predial; -----
- Justifica-se intervenção de reabilitação;-----
- A informação da memória descritiva sobre o objetivo da intervenção não colide com o previsto no art.º 5.º do Regulamento.-----

Verifica-se ainda que o Regulamento admite que os requerimentos ao programa possam ser subscritos por pessoa coletiva, mas não será dado cumprimento ao previsto na alínea e) do artigo 6º, uma vez que o imóvel não se destinará a habitação própria permanente.-----

Assim, face ao exposto, atendendo ao previsto no art.º 14.º - Dúvidas e Omissões - submete-se para decisão o pedido apresentado.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade admitir a candidatura ao Programa de Apoio à Recuperação de Habitações Degradadas, cujo Regulamento foi publicado em Diário da República através do Aviso 16338/2018 de 12/11/2018, solicitada por Gabriel Mendes, Lda. na qualidade de proprietário do prédio acima referido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.-----

----- **Ponto um - três: APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA - REQUALIFICAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE MORA - VIVEIRO DE**

EMPRESAS: Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** submetendo para aprovação o projeto de arquitetura relativo à requalificação do Mercado Municipal de Mora, no âmbito do programa de criação de um Viveiro de

Empresas, cujo investimento se enquadra nos apoios comunitários operacionalizados pelo Alentejo 2020. -----

A intervenção encontra-se caracterizada nas peças desenhadas e escritas que se encontram em anexo à presente informação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura relativo à requalificação do Mercado Municipal de Mora, no âmbito do programa de criação de um Viveiro de Empresas, cujo investimento se enquadra nos apoios comunitários operacionalizados pelo Alentejo 2020. -----

----- **Ponto um - quatro: PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA:**

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que o presente pedido refere-se à colocação de um outdoor na Zona Industrial de Mora, com as dimensões de 2,00 x 3,00 metros, solicitado por Gestos e Laços, Serviços Veterinários, Unipessoal, Lda.. -----

A requerente pretende a utilização de uma estrutura já existente no local, que não terá sido retirada, tendo obtido, por parte da anterior requerente, autorização para a sua utilização. Por esse motivo, vem requerer isenção de apresentação das peças gráficas previstas nas alíneas a) do n.º 2 e a) do n.º 3 do artigo 22.º do Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade, objeto das publicações em Diário da República através dos Avisos 14737/2015 de 17/12 e 4858/2016 de 12/04. Vem indicar que apenas procederá à colocação de lona publicitária, que será aplicada através de ilhós e cinta à estrutura metálica. -----

Verifica-se que o presente pedido não se encontrará abrangido pelo Regime de Licenciamento Zero, por não se enquadrar em qualquer das alíneas previstas no n.º 3 do artigo 1º da Lei 97/88 de 17 de agosto, com a redação conferida pelo

Decreto-lei 48/2011 de 1 de abril, alterado pelo Decreto-Lei 10/2015 de 16/01.---

Como tal, tratar-se-á de um procedimento de licenciamento. -----

Ao pedido aplicar-se-á assim o previsto no Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade atrás citado. Como já referido, esta estrutura terá sido já licenciada para outra entidade (Isabel da Silva Rodrigues - Bagazul), mas encontrava-se em vigor outro Regulamento. Verifica-se ainda que as dimensões indicadas apresentam discrepância com o anterior processo. Procedeu-se à verificação no local e confirmou-se que a largura do painel é de 4,00 metros e não de 3,00 como indicado pela requerente.-----

No que respeita às condições gerais e específicas de instalação de outdoors constantes no Regulamento em vigor cumpre referir: -----

- Afiguram-se cumpridas as condições estipuladas no artigo 65º, cuja cópia se anexa. Para cumprimento da alínea f) e constatando-se que o local de colocação do outdoor estará incluído em área do domínio municipal, deverá a Câmara autorizar a ocupação desse espaço. -----

- A remoção do painel será da responsabilidade do titular, devendo garantir o restabelecimento das condições iniciais do terreno, incluindo a remoção de fundações e adequado enchimento dos caboucos resultantes. -----

Informa-se que o troço de estrada confinante com o local foi desclassificado e transferido para o Município através de auto assinado em 04/02/2005, considerando-se, salvo melhor opinião, o pedido isento da pronúncia / autorização da Infraestruturas de Portugal, S.A. -----

Em caso de deferimento, a licença será concedida até final de 2019, tal como solicitado pela requerente, e estará sujeita ao pagamento da taxa aplicável. --

Deferido por unanimidade de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e**

Urbanismo, devendo a requerente cumprir com o constante no referido parecer.-----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:**-----

----- **Ponto dois - um: CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - AGRUPAMENTO**

743 - MORA - PROPOSTA DE SUBSÍDIO: Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 13, 14, 15 e 18. -----

Face ao pedido apresentado pelo **Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento**

743 - Mora, conforme documentação em anexo à presente informação, propõe-se a atribuição de um subsídio no valor de **600,00€ (seiscentos euros)**, destinado a custear parte das despesas com o seu plano de actividades para 2019. -

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade conceder um subsídio no valor de **600€, (seiscentos euros)**, destinado a custear parte das despesas com o seu plano de actividades para 2019 ao **Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 743 – Mora**, abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:**-----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em

Dotações Orçamentais no valor de 2.425.718,63€, dois milhões quatrocentos e vinte cinco mil setecentos e dezoito euros e sessenta e três Cêntimos, e **Dotações não Orçamentais** no valor 25.131,32€, vinte cinco mil cento e trinta e um euros e trinta e dois cêntimos. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de 10.773,97€, dez mil setecentos e setenta e três euros e noventa e sete cêntimos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: TABELA DE PREÇOS A APLICAR NO MUSEU INTERACTIVO DO MEGALITISMO - 2ª. ALTERAÇÃO 2019:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que de acordo com a legislação em vigor e para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da 2ª alteração à tabela de preços a praticar no Museu Interactivo do Megalitismo, no ano de 2019, que consiste na inclusão de novos artigos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a 2ª alteração à tabela de preços a praticar no Museu Interactivo do Megalitismo, no ano de 2019, que consiste na inclusão de novos artigos.-----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes despachos do **Senhor Presidente:** -----

- Considerando que o Orçamento de Estado para 2018 permite a consolidação da mobilidade intercarreiras e que estão reunidas, cumulativamente, as seguintes condições: -----

a) Que o trabalhador Rui Manuel Ventura Fortio, está em situação de mobilidade intercarreiras na carreira/categoria de Técnico Superior desde 1 de junho de 2017; -----

b) Existe acordo do trabalhador; -----

c) Existe posto de trabalho disponível no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mora para o ano de 2018; -----

d) Que a mobilidade intercarreiras já ultrapassou a duração do período experimental estabelecido para a carreira de destino, que é de 180 dias, de acordo com a alínea b), do n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação. -----

O trabalhador possui, designadamente formação específica, conhecimentos ou experiência legalmente exigidos para o recrutamento. -----

Considerando, a conveniência para o interesse público, nomeadamente na UASC (Unidade Animação Sócio Cultural) - Setor do Desporto. -----

Eng.º Luís Simão Duarte de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Mora, usando dos poderes que lhe confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação e no âmbito do n.º 5 do artigo 99.º - A e n.º 3 do artigo 153.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação e da Lei do Orçamento de Estado para 2018, determina: -----

A consolidação da mobilidade intercarreiras, do trabalhador Rui Manuel Ventura Fortio, da carreira e categoria de assistente técnico, para a carreira e categoria de Técnico Superior, integrado na UASC (Unidade Ação Sócio Cultural).-----

Em cumprimento com a legislação em vigor, é aplicável o pagamento da 1ª posição remuneratória, nível remuneratório 2 da carreira/categoria de Técnico Superior, a que corresponde a remuneração base mensal de 1201,48€, com início a 18 de dezembro de 2018. -----

Mais determina que se publique o teor deste despacho na 2ª série do Diário da República, por extrato, no âmbito da alínea b) do artigo 4º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação. -----

- Despacho de abertura de Procedimento Concursal de carácter urgente para a Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro)-----

Considerando o reconhecimento dos postos de trabalho permanentes sem vínculo jurídico adequado ocorrido por despacho do senhor Presidente datado de 30 de janeiro de 2019, ratificado em reunião de Câmara; -----

Considerando o Mapa de Pessoal para o ano de 2019, aprovada por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 31 de outubro de 2018 e por deliberação da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2018, desta forma permite preencher o posto de trabalho reconhecido anteriormente; -----

Considerando a caracterização de urgência prevista no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; -----

No âmbito das competências previstas no artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, determino que se proceda à abertura do procedimento concursal para preenchimento do posto

de trabalho abaixo indicados, devendo o presente despacho ser levado a ratificação da Câmara Municipal: -----

Nr. de Postos de trabalho - 1 Carreira - Assistente Operacional; Categoria - Assistente Operacional; Área de formação académica - Atividade 3 - Setor Transportes -----

Designo ainda como júri do referido procedimento concursal, os seguintes elementos: -----

Presidente Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior; -----

1ª Vogal Efetivo: Luís Pedro Mendes Branco, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

2º Vogal Efetivo: Joaquim José Matias, Encarregado Geral Operacional-----

1º Vogal Suplente: António Godinho Mourão Costa, Técnico Superior;-----

2º Vogal Suplente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, Técnico Superior.--

- Despacho de abertura de Procedimento Concursal de carácter urgente para a Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro) -----

Considerando o reconhecimento dos postos de trabalho permanentes sem vínculo jurídico adequado ocorrido por despacho do senhor Presidente datado de 30 de janeiro de 2019, ratificado em reunião de Câmara;-----

Considerando o Mapa de Pessoal para o ano de 2019, aprovada por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 31 de outubro de 2018 e por deliberação da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2018, desta forma permite preencher o posto de trabalho reconhecido anteriormente;-----

Considerando a caracterização de urgência prevista no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;-----

No âmbito das competências previstas no artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, determino que se proceda à abertura do procedimento concursal para preenchimento do posto de trabalho abaixo indicados, devendo o presente despacho ser levado a ratificação da Câmara Municipal:-----

Nr. de Postos de trabalho Carreira Categoria Área de formação académica e/ou Profissional-----

1 Técnico Superior Técnico Superior Jornalismo e comunicação -----

Designo ainda como júri do referido procedimento concursal, os seguintes elementos: -----

Presidente Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior; -----

1ª Vogal Efetivo: José Manuel Ribeiro Pinto, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

2º Vogal Efetivo: Andrea Cristina Lamarosa Fernandes, Técnico superior; -----

1º Vogal Suplente: Ana Sofia Noronha de Oliveira dos Santos Caniços da Silva Mendes, Técnica Superior; -----

2º Vogal Suplente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, Técnico Superior.--

- Despacho de abertura de Procedimento Concursal de carácter urgente para a Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro) -----

Considerando o reconhecimento dos postos de trabalho permanentes sem vínculo jurídico adequado ocorrido por despacho do senhor Presidente datado de 30 de janeiro de 2019, ratificado em reunião de Câmara; -----

Considerando o Mapa de Pessoal para o ano de 2019, aprovada por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 31 de outubro de 2018 e por deliberação da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2018, desta forma permite preencher o posto de trabalho reconhecido anteriormente; -----

Considerando a caracterização de urgência prevista no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; -----

No âmbito das competências previstas no artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, determino que se proceda à abertura do procedimento concursal para preenchimento do posto de trabalho abaixo indicados, devendo o presente despacho ser levado a ratificação da Câmara Municipal:-----

Nr. de Postos de trabalho Carreira Categoria Área de formação académica e/ou Profissional -----

3 Assistentes Operacionais Assistente Operacional Atividade 14 - Atendimento e receção (UASC) -----

Designo ainda como júri do referido procedimento concursal, os seguintes elementos: -----

Presidente Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior; -----

1ª Vogal Efetivo: Luís Pedro Mendes Branco, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

2º Vogal Efetivo: José Manuel Ribeiro Pinto, Técnico Superior; -----

1º Vogal Suplente: Luisa Vacas de Carvalho Martins de Sousa Lobo, Técnico Superior; -----

2º Vogal Suplente: António Luís Fernandes-----

- Despacho de abertura de Procedimento Concursal de carácter urgente para a Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro) -----

Considerando o reconhecimento dos postos de trabalho permanentes sem vínculo jurídico adequado ocorrido por despacho do senhor Presidente datado de 30 de janeiro de 2019, ratificado em reunião de Câmara; -----

Considerando o Mapa de Pessoal para o ano de 2019, aprovada por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 31 de outubro de 2018 e por deliberação da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2018, desta forma permite preencher o posto de trabalho reconhecido anteriormente; -----

Considerando a caracterização de urgência prevista no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; -----

No âmbito das competências previstas no artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, determino que se proceda à abertura do procedimento concursal para preenchimento do posto de trabalho abaixo indicados, devendo o presente despacho ser levado a ratificação da Câmara Municipal: -----

Nr. de Postos de trabalho Carreira Categoria Área de formação académica e/ou Profissional -----

3 Assistentes Operacionais Assistente Operacional Atividade 4 - Setor Obras Municipais -----

Designo ainda como júri do referido procedimento concursal, os seguintes elementos: -----

Presidente Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior;-----

1ª Vogal Efetivo: Luís Pedro Mendes Branco, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

2º Vogal Efetivo: António Godinho Mourão Costa, Técnico Superior -----

1º Vogal Suplente: Joaquim António Matias Gafaniz, Encarregado Operacional;-

2º Vogal Suplente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, Técnico Superior.

- Despacho de abertura de Procedimento Concursal de carácter urgente para a Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro) -----

Considerando o reconhecimento dos postos de trabalho permanentes sem vínculo jurídico adequado ocorrido por despacho do senhor Presidente datado de 30 de janeiro de 2019, ratificado em reunião de Câmara; -----

Considerando o Mapa de Pessoal para o ano de 2019, aprovada por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 31 de outubro de 2018 e por deliberação da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2018, desta forma permite preencher o posto de trabalho reconhecido anteriormente; -----

Considerando a caracterização de urgência prevista no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro; -----

No âmbito das competências previstas no artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho

em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, determino que se proceda à abertura do procedimento concursal para preenchimento do posto de trabalho abaixo indicados, devendo o presente despacho ser levado a ratificação da Câmara Municipal:-----

Nr. de Postos de trabalho Carreira Categoria Área de formação académica e/ou Profissional -----

1 Assistente Operacional Assistente Operacional Atividade 5 – Oficinas-----

Área mecânica -----

Designo ainda como júri do referido procedimento concursal, os seguintes elementos: -----

Presidente Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior; -----

1ª Vogal Efetivo: Luís Pedro Mendes Branco, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos; -----

2º Vogal Efetivo: António Godinho Mourão Costa, Técnico superior; -----

1º Vogal Suplente: Joaquim José Matias, Encarregado Geral Operacional; -----

2º Vogal Suplente: João Miguel Caramujo Ramos Endrenço, Técnico Superior.--

- Despacho de abertura de Procedimento Concursal de carácter urgente para a Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro) -----

Considerando o reconhecimento dos postos de trabalho permanentes sem vínculo jurídico adequado ocorrido por despacho do senhor Presidente datado de 30 de janeiro de 2019, ratificado em reunião de Câmara; -----

Considerando o Mapa de Pessoal para o ano de 2019, aprovada por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 31 de outubro de 2018 e por deliberação da Assembleia Municipal de 30 de novembro de 2018, desta forma permite preencher o posto de trabalho reconhecido anteriormente;-----

Considerando a caracterização de urgência prevista no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;-----

No âmbito das competências previstas no artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, determino que se proceda à abertura do procedimento concursal para preenchimento do posto de trabalho abaixo indicados, devendo o presente despacho ser levado a ratificação da Câmara Municipal:-----

Nr. de Postos de trabalho Carreira Categoria Área de formação académica e/ou Profissional -----

1 Assistente Operacional Assistente Operacional Atividade 5 - Cafetaria e restauração (Fluviário) -----

Designo ainda como júri do referido procedimento concursal, os seguintes elementos:-----

Presidente Joaquim Manuel Lopes Neto, Técnico Superior; -----

1ª Vogal Efetivo: Luís Pedro Mendes Branco, Técnico Superior, que substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;-----

2º Vogal Efetivo: José Manuel Ribeiro Pinto, Técnico Superior;-----

1º Vogal Suplente: Luisa Vacas de Carvalho Martins de Sousa Lobo, Técnico Superior; -----

2º Vogal Suplente: António Luís Fernandes Carlos, Coordenador Técnico.-----

- Em que determinou, efetuar o reconhecimento de postos de trabalho permanentes ao abrigo da lei 112/2017, de 29 de dezembro. A citada legislação veio estabelecer os termos da regularização prevista no programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes/postos de trabalho permanentes da Administração Pública, nomeadamente de autarquias locais, sem vínculo jurídico adequado. -----

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei supra referida, no âmbito das autarquias locais, nas situações de exercício de funções relativamente às quais exista decisão do respetivo órgão executivo que reconheça as necessidades permanentes/postos de trabalho permanentes e que o vínculo jurídico é inadequado, consideram-se verificados os requisitos inerentes àquele regime, nomeadamente o exercício de funções que correspondam ao conteúdo funcional de carreiras gerais ou especiais e que satisfaçam necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina ou direções desses mesmos serviços. -----

Pelo exposto, e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2º, propõe-se que seja reconhecido os postos de trabalho abaixo identificados, correspondentes a necessidades permanentes/posto de trabalho permanente, estando o mesmo ocupado por trabalhador com o vínculo jurídico inadequado: -----

1 Posto de trabalho; carreira técnico superior, categoria Técnico superior, área de formação académica e/ou Profissional: Jornalismo e comunicação.-----

1 Posto de trabalho; carreira Assistente Operacional, categoria Assistente Operacional, área das Oficinas.-----

1 Posto de trabalho; carreira Assistente Operacional, categoria Assistente Ope-

racional, área dos transportes.-----

3 Postos de trabalho; carreira Assistente Operacional, categoria Assistente Operacional, área das obras.-----

1 Posto de trabalho; carreira Assistente Operacional, categoria Assistente Operacional, área cafetaria e restauração (Fluviário).-----

3 Posto de trabalho; carreira Assistente Operacional, categoria Assistente Operacional, área Atendimento e receção.-----

Acresce que, por força do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, será criado o posto de trabalho, em número estritamente necessário para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas.-----

- Em que determinou, abrir procedimento tipo Consulta Prévia para "Melhoria da eficiência energética do Jardim de Infância e 1º Ciclo de Pavia - Construção Civil", nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 15 dias, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas:-----

J.A.V. - Materiais de Construção, Lda.; José Garcia Relvas - Construção Civil Unipessoal, Lda.; Sociedade Construções Cabeçanense, Lda. e Gabriel Mendes, Lda.-----

Determinou também que os Membros do Júri sejam os seguintes:-----

Efetivos: -----

António Godinho Mourão Costa - Presidente; João Miguel Caramujo Ramos Endrenço e Vitor da Silva Mendes. -----

Suplentes: -----

Luís Pedro Mendes Branco e Ana Sofia Noronha de O. S. C. da Silva Mendes.--

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.
O valor base do procedimento é de 26.000,00€ (vinte seis mil euros). -----

----- **Ponto cinco - dois: PEDIDOS DE ESTÁGIOS:** A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar a realização dos seguintes estágios, de acordo com as propostas apresentadas:-----

- **Escola Superior Agrária - Instituto Politécnico de Castelo Branco**, propondo a aceitação do Estágio Formativo em Contexto de Trabalho referente ao Curso de Técnico Superior Profissional em Protecção Civil, para o formando **Luís Miguel Mendes Caramujo**, residente na freguesia de Mora, mediante a assinatura do protocolo, em anexo à presente informação, a celebrar entre as duas entidades. -----

Mais se delibera que o orientador de estágio seja o Engº. Joaquim Manuel Lopes Neto. -----

O referido estágio não apresenta quaisquer encargos para a Autarquia.-----

- **Escola Superior de Gestão e Tecnologia - Instituto Politécnico de Santarém**, propondo a aceitação dos Estágios Formativos em Contexto de Trabalho referente à Licenciatura em Gestão de Empresas, para a formanda Joana Sofia Rato de Almeida Canelas, residente na Freguesia de Cabeção, mediante a assinatura de um protocolo, em anexo à presente informação, a celebrar entre as duas entidades. -----

Mais se delibera que a orientadora de estágio seja a Dra. Andrea Fernandes. ---

Os referidos estágios não apresentam quaisquer encargos para a Autarquia.----

----- **Ponto cinco - três: CEDÊNCIA DE TRANSPORTES:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento

de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte à seguinte Instituição:

- **Grupo de Bombos “Toca a Bombar”** para transporte dos elementos do grupo para uma actuação no Desfile de Carnaval de Viana do Alentejo, no próximo dia 3 de Março; -----

- **Câmara Municipal de Monforte**, para uma deslocação dos munícipes que irão participar no passeio comemorativo integrado nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 9 de Março; -----

- **ACES - Alentejo Central. Agrupamento de Centros de Saúde, U.C.S.P. Mora**, para transporte de 23 alunos/professora (4º ano do 1º ciclo da EB 1 de Mora) a fim de efectuarem uma visita à ETAR de Mora, no próximo dia 28 de Março; -----

- **Câmara Municipal de Arraiolos**, para transporte dos elementos que irão participar nas Marchas Populares, no próximo dia 14 de Junho; -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora**, para as seguintes visitas de estudo dos alunos do Pré-Escolar do referido Agrupamento: 3 de Abril e 16 de Maio, ao Oceanário de Lisboa, 05 de Junho ao Monte Selvagem (Lavre). -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a cedência de transporte à Instituição acima referida. -----

----- **Ponto cinco - três: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS:** Presente informação do Senhor Presidente informando que o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de Janeiro, vem transferir competências para as autarquias que até agora eram do Governo na Área da Educação. -----

Atendendo que: -----

- O financiamento que o Estado pretende transferir para as autarquias não

acompanha as reais necessidades de manutenção e investimento em que estão manifestamente carenciadas. -----

- Esta Lei irá transformar completamente o paradigma do Poder Local Democrático tal como o conhecemos, além de ir provocar e transferir encargos que colocarão novos problemas quer nas gestão das autarquias quer sobretudo à resposta a problemas da população.-----

- Reconhecendo que em termos organizacionais e com os recursos humanos atualmente existentes a Câmara Municipal de Mora não conseguirá responder satisfatoriamente áquilo que serão os normais anseios da população. -----

Proponho que o Órgão Executivo da Câmara Municipal de Mora delibere no sentido de não aceitar a transferência de competências na Área da Educação conforme determina a Decreto-Lei 21/2019, de 30 de Janeiro. -----

Remeter esta matéria à **Assembleia Municipal** para deliberação. -----

Informar a **DGAL** da deliberação dos órgãos municipais até **30 de Abril**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade de harmonia com a proposta do Senhor Presidente da Câmara, não aceitar a transferência de competências na **Área da Educação** conforme determina a Decreto-Lei 21/2019, de 30 de Janeiro. -----

Remeter esta matéria à **Assembleia Municipal** para deliberação. -----

Informar a **DGAL** da deliberação dos órgãos municipais até **30 de Abril**.-----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovado por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Vice-Presidente** declarou encerrada a reunião, eram dez horas e trinta e cinco

minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por
deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, reali-
zada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-

